



## A SESSÃO HISTÓRICA

Deputados federais que viam o julgamento em casa correm para o plenário e garantem quorum

# Congresso não perde tempo e comemora renúncia de Collor

Gustavo Miranda

BRASÍLIA — Ao contrário da tumultuada sessão que, em 1961, recebeu a comunicação da renúncia do então presidente Jânio Quadros, jogando o país numa crise institucional, o Congresso Nacional precisou de poucos minutos para declarar vago, ontem, o cargo de presidente da República depois de lida, em plenário, pelo advogado da defesa José de Moura Rocha, a carta-renúncia de Fernando Collor.

A histórica e rápida sessão de acolhimento do pedido de renúncia de Collor foi tão calma que, por pouco, não se transformou num vexame nacional graças à imprudência de alguns deputados, que preferiram acompanhar de suas casas o julgamento do impeachment. Ao descobrirem, de repente, que teriam de se reunir dali a alguns minutos para tomar conhecimento da renúncia do presidente afastado, os deputados perceberam que eram muito poucos os presentes no Congresso e que podiam levar o país ao absurdo de permanecer com Collor apenas em consequência da falta de quorum para a sessão de acolhimento da renúncia.

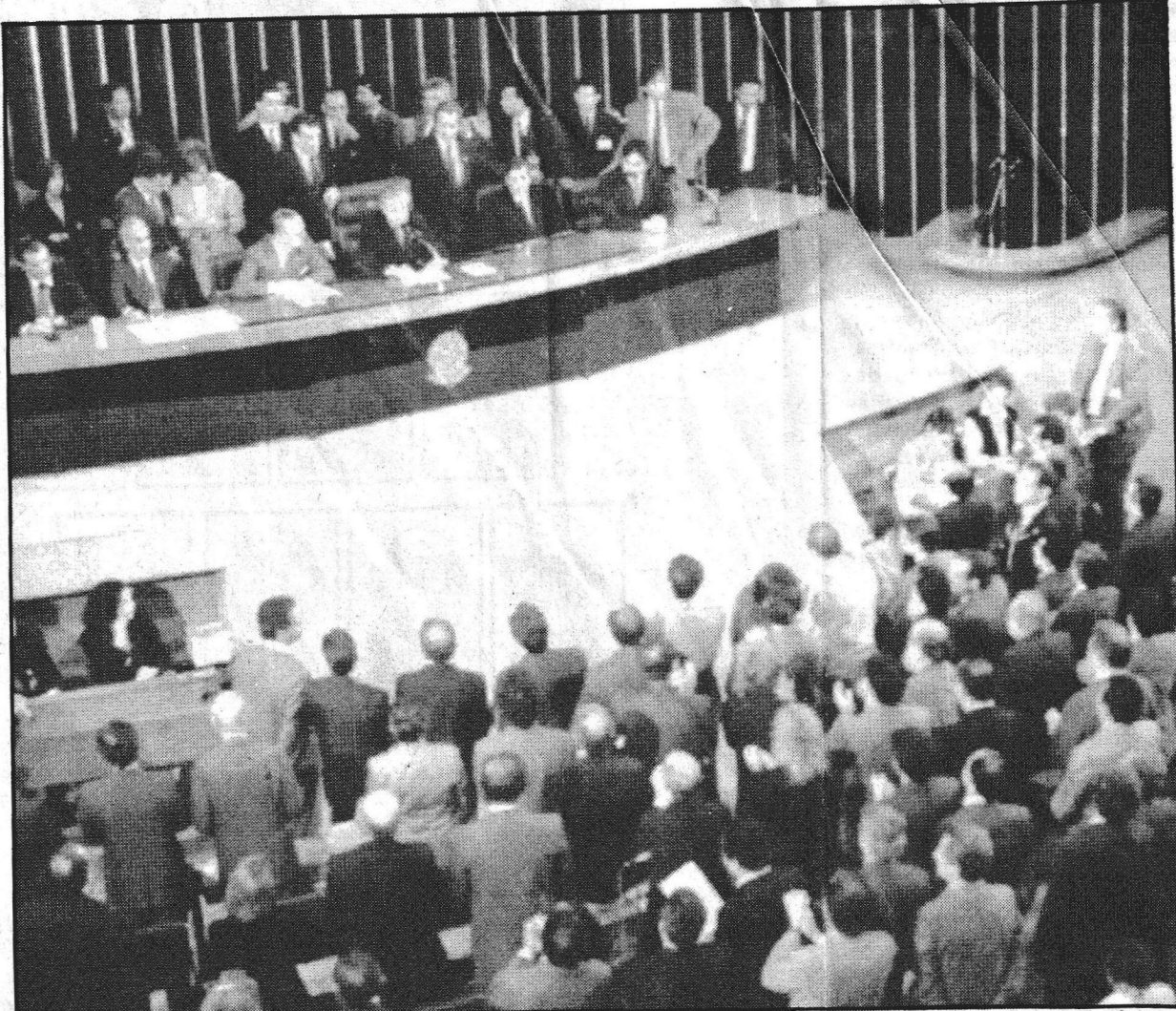
Guindado subitamente à condição de presidente da Câmara num momento histórico, o deputado Genésio Bernardino não sabia, logo após a leitura da carta, se estava diante de um prêmio ou de um fardo. Apavorado, Genésio procurava com os olhos os deputados que assistiam ao julgamento no plenário do Senado e comentava desolado:

— Não vai ter quorum.

Mais sereno, o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), não acreditava na hipótese de a Câmara faltar com seu compromisso:

— Eles, se não estiverem aqui, estão assistindo à sessão pela televisão. Logo, logo, virão — acreditava.

Como previa Lucena, tão logo o presidente do processo, Sydney Sanches, suspendeu a sessão do Senado, os deputados começaram a aparecer. As 10h10m, o deputado José Genoíno (PT-SP)



Parlamentares, de pé, ouvem o senador Mauro Benevides declarar vago o cargo de presidente da República

consultou a lista de presença na entrada do plenário e voltou eufórico.

— Já temos 57. Agora está tudo bem.

Quando o presidente do Senado, Mauro Benevides, entrou no plenário da Câmara, a sala já estava cheia de deputados e senadores. Benevides sentou-se e anunciou o quorum: 81 senadores e 94 deputados. Aliviados, os deputados bateram palmas para si próprios.

Benevides fez um rápido relato do que houve no Senado: a leitura da carta de renúncia por Moura Rocha e a decisão de Sanches de suspender a sessão para que o Congresso acolhesse o pedido do presidente afastado. De-

terminou, então, ao primeiro-secretário da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), que lesse a carta-renúncia. Em seguida, o presidente do Senado ordenou a publicação de uma edição especial do Diário do Congresso Nacional com a cópia da carta (poucos minutos depois, a edição, feita em xerox, saía: uma única folha com uma capa e no verso a carta de Collor).

Benevides, então, declarou vago o cargo de presidente da República. O plenário bateu palmas. Após cessarem os aplausos, Benevides fez a última comunicação. O presidente Itamar Franco seria notificado da renúncia de Collor e convocado a

comparecer àquele mesmo plenário em meia hora, às 12h30m, para oficialmente tomar posse no cargo. Novas palmas do plenário encerraram a rápida sessão.

Num canto do plenário, o advogado de acusação, Evandro Lins e Silva, assistia a tudo calado. Nas mãos, o calhamaço de papel com que tentaria justificar a continuidade do julgamento, apesar da renúncia. O senador Eptácio Cafeteira (PDC-MA) dirigiu-se a ele:

— Quero julgar ainda, ministro — disse o senador.

— Aqui estão meus argumentos. Não se preocupe que haverá julgamento — respondeu Evandro.